



ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA BAIÁ DA ILHA GRANDE

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às dez horas e vinte e cinco minutos, via
2 videoconferência, deu-se início a décima segunda reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional
3 da Baía da Ilha Grande. Estiveram presentes os membros da **Secretaria de Estado de Saúde do Rio de**
4 **Janeiro (SES):** Mário Sérgio Ribeiro - Representante de Nível Central da SES/RJ; Ana Luiza Latini de
5 C. e M. Tibau - Representante de nível Central da SES/RJ; Isabel Meschesi Pinheiro - Secretária
6 executiva da Comissão Intergestores Regional da Baía da Ilha Grande (CIR/BIG); Beatriz Dias -
7 Coordenadora do NDVS/BIG; Melquisedec Alves – Coordenação da central de regulação do Médio
8 Paraíba e BIG; André Ramos e Michelle Nadai – Representantes da Subsecretaria COVID; **Secretaria**
9 **Municipal de Saúde de Angra dos Reis:** Luciana Rossinol - Representante do Secretário de Saúde;
10 Mayara Diogo – Coordenadora da Regulação em Saúde; Vitor Gonçalves – Representante do fundo
11 municipal de saúde; **Secretaria Municipal de Saúde de Mangaratiba:** Valesca Moura - Representante
12 da secretária municipal de saúde; **COSEMS/RJ:** Dillian Duarte Hill - Apoiadora Regional. A
13 representante de nível central da SES deu início à décima segunda reunião tendo início com o item de
14 **APRESENTAÇÃO: 1. Informes COSEMS:** A apoiadora do COSEMS informou que realizou as
15 apresentações dos itens da Assembléia e da CIB na reunião da Câmara Técnica, como foram os mesmos
16 participantes não há necessidade de apresentar novamente. **2. Planilha de leitos pactuada na CIB e**
17 **resolução SES nº 2192 de 03 de dezembro de 2020 para financiamento UTI Covid-19:** Pauta
18 apresentada pelo representante da subsecretaria COVID, que informou que devido ao aumento do número
19 de casos estão realizando novamente a apresentação da planilha de leitos COVID nas Comissões
20 Intergestores do Estado para conferir com os municípios o quantitativo de leitos de cada um e verificar a
21 intenção de ampliar o número de leitos. Informou da publicação de duas resoluções do Estado relativo ao
22 financiamento de leitos, destacando a necessidade de que estes estejam disponibilizados no Sistema
23 Estadual de Regulação e no Plano de Contingência estadual. Destacou também que após a pandemia estes
24 leitos poderão ser incorporados pelo município após a pandemia para outras redes, como a RUE. O
25 representante agradeceu aos técnicos municipais pelo preenchimento regular do formulário com as
26 atualizações dos dados COVID. Foi realizada apresentação iniciando com o situação atual de ocupação
27 de leitos na região, tendo Angra dos Reis com 81% de taxa de ocupação (TO) dos leitos de enfermaria, e
28 76% de TO de UTI; Mangaratiba com 23% de TO dos leitos de enfermaria e Paraty com 44% de TO dos

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA BAIA DA ILHA GRANDE

29 leitos de enfermaria. A taxa de disponibilidade de leitos na região apresentou uma queda nos meses de
30 setembro e outubro devido possivelmente a diminuição de leitos e foi apresentada a relação de leitos
31 sugerida pelo MS, sendo um leito para cada dez mil habitantes, sendo esta relação na região de 1,2.
32 Quanto ao município de Angra dos Reis, a planilha apresenta 20 leitos de enfermaria no Hospital de
33 referência COVID, 06 leitos na maternidade e Hospital Codrato de Vilhena e 10 leitos clínicos no
34 Hospital de Praia Brava. Quanto aos leitos de UTI, são 20 leitos no Hospital de referência COVID e 05 no
35 Hospital de Praia Brava. A representante de Angra dos Reis informou que ampliaram na semana passada
36 10 leitos clínicos e 10 leitos de UTI todos no Hospital de referência COVID e que irão enviar ainda hoje o
37 ofício para a SES com esta atualização. A representante do COSEMS destacou a necessidade dos leitos
38 serem disponibilizados na regulação estadual para haver custeio. A planilha de leitos final de Angra fica
39 portanto com 30 leitos clínicos e 30 leitos de UTI no Hospital de referência COVID. A representante de
40 Mangaratiba questionou se o município também terá a referência destes leitos de Angra dos Reis. O
41 representante da subsecretaria COVID informou que sim, uma vez que os leitos sejam regulados pela
42 central de regulação estadual será referência. Em Mangaratiba o plano informa 34 leitos clínicos com no
43 Hospital municipal. A representante de Mangaratiba irá verificar com a secretária se estes leitos que
44 estavam para suporte ventilatório sem entrar na regulação se irão entrar na nova resolução SES. A
45 representante do COSEMS explicou que tem a habilitação dos leitos pelo MS via ofício para SAECA e
46 SAIPS e outra questão é a resolução SES, que é condicionada à adesão ao SISREG. Quanto à habilitação
47 de leitos para suporte ventilatório pelo MS saiu outra portaria hoje. Foi informado que atualmente o
48 município de Mangaratiba atende grande parte da população de outros municípios, por ser hospital de
49 porta aberta e que portanto, a regulação neste caso pode até vir a ajudar este processo. Informou também
50 da proposta do MS que foi enviada via CONASEMS de financiar 5.000 leitos para o ano de 2021 e que
51 conforme houver redução da pandemia ou que esta se torne endêmica a intenção é que estes leitos de UTI
52 passem a ser leitos de UTI geral. Passando para o quantitativo de leitos de Paraty, o plano informa 25
53 leitos de enfermaria no Hospital Hugo Miranda e 36 leitos de enfermaria no Hospital de Campanha.
54 Como não houve participação de representantes do município de Paraty o representante da subsecretaria
55 de COVID solicitou à secretaria executiva da CIR realização de contato com a secretaria do município
56 para confirmação das informações apresentadas no plano sobre o quantitativo de leitos e o Hospital de

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA BAIA DA ILHA GRANDE

57 Campanha. **3. Implantação do Complexo Regulador de Angra dos Reis (SMS Angra dos Reis):** Pauta
58 solicitada pela SMS de Angra dos Reis para informar sobre a proposta de implantação do Complexo
59 Regulador de Angra dos Reis. Foi apresentado pela coordenadora de regulação do município de Angra
60 dos Reis que iniciou relatando as dificuldades da regulação no município, como falta de estrutura e
61 financiamento. Apresentou a atual estrutura de regulação municipal, a divisão do município em cinco
62 distritos sanitários, as especialidades ofertadas e exames realizados pelo município hoje, os serviços que
63 são realizados fora município e principais destinos de TFD. Foram apresentados os principais avanços da
64 regulação municipal como implantação da Central de agendamento regulação assistencial – agendamento
65 Angra dos Reis; Central de regulação de Tratamento Fora Domicílio; Ordenação das filas de espera por
66 classificação por cores – especialidades médicas; Regulação médica para exames de alta e média
67 complexidade; Realização de Oficinas de trabalho de regulação; Regulação das PPI's Paraty e
68 Mangaratiba e em processo de implantação a descentralização da sistematização da regulação para as
69 ESF's. Foi informado os serviços implantados em 2020, sendo a Central de Regulação de Leitos
70 Municipais – inicialmente regulando os leitos Covid e Autorizações de internações hospitalares de
71 urgência e eletiva pela Central de regulação de leitos. A coordenadora apresentou o objetivo geral e
72 específicos do projeto, sendo apresentado como proposta final a Criação de uma Sede composta pela
73 regulação assistencial; Implementação da Central de regulação de leitos municipais sistematizada
74 operando todos os leitos SUS do município de Angra dos Reis e Regulação assistencial das ações e
75 serviços de saúde do município sede da Central de regulação de Angra dos Reis para os munícipes de
76 Angra dos Reis, assim como para Mangaratiba e Paraty através da PPI. Foi falado da relevância do
77 projeto tendo em vista o legado deixado ao município de Angra dos Reis mediante a implementação do
78 complexo regulador municipal, assim como seus impactos na qualidade do acesso na rede de atenção à
79 saúde e ainda discorreu sobre o incentivo financeiro para o município, sendo este classificado como porte
80 1. Passando para o item **PACTUAÇÃO. 1. Aprovação das Atas das 09ª, 10ª e 11ª Reuniões**
81 **Ordinárias e da 3ª Reunião Extraordinária da CIR/BIG:** Após discussão os gestores pactuaram as
82 referidas atas. **2. Calendário das reuniões Ordinárias da CIR e da Câmara Técnica de 2021**
83 **(SE/CIR/BIG):** Pauta solicitada pela Assessoria de Regionalização (AR) a fim de pactuar o cronograma
84 das reuniões da CT e CIR/BIG do ano de 2021. A secretária executiva da CIR informou que enviou a

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA BAIA DA ILHA GRANDE

85 proposta de alteração de datas, sendo aprovada pela AR as mudanças nos meses de janeiro e fevereiro.
86 Desta forma, os gestores aprovaram o cronograma de reuniões apresentado, não sendo definido ainda data
87 de retorno às reuniões presenciais. Passando para o item **III INFORMES. 1. Situação atual sobre**
88 **vacinação:** A pauta foi apresentada pelo representante de nível central, informando sobre o Plano
89 Estadual para vacinação, baseado na perspectiva do Programa Nacional de Imunização, quanto a provisão
90 e estratégia de vacinação da população. Alguns estados e municípios estão tomando atitudes isoladas,
91 embora ainda não tenha vacina aprovada no país. Não há solicitação de registro de qualquer vacina no
92 país hoje nem mesmo emergencial pela ANVISA. Com isso, hoje o programa nacional de vacinação não
93 tem como definir data de início de vacinação sem este procedimento. De acordo com o Plano Estadual, o
94 grupo prioritário inicial seria dos idosos acima de 75 anos, pessoas que vivem em lar temporário de idosos
95 e os trabalhadores da saúde da ponta como médicos, enfermeiros e auxiliares incluindo também
96 profissionais da administração e da limpeza. No cenário de hoje, o Ministério da Saúde divulgou que já
97 pode começar em janeiro a vacinação porque tem uma perspectiva de receber 8 milhões de doses da
98 coronavac, 15 milhões de doses da Astrazenica e 1 milhão da Pfizer, contando com aproximadamente 25
99 milhões de doses inicialmente, que tendo o registro aprovado podem ser utilizadas de imediato. O Estado
100 realizou uma compra de aproximadamente 8 milhões de seringas para atender à rotina de vacinação das
101 campanhas ao longo de 2 anos, o que deu retaguarda para garantir este insumo aos municípios. O Estado
102 prevê que na população alvo, abrangendo os 4 grupos prioritários previstos contabiliza em torno de 3
103 milhões e 600 mil pessoas, o que requereria 7 milhões e 200 mil doses, portanto este quantitativo de
104 seringas estaria cobrindo aos municípios. O Estado abriu também processo para aquisição de câmara fria
105 e caixa térmica para apoio aos municípios. Destacou a necessidade destes insumos principalmente caixa
106 térmica na região para vacinação volante destacando a conformação territorial da BIG. O Estado já está
107 tramitando com a aquisição de computadores e câmaras frias para apoio aos municípios. A orientação é de
108 que não se vacine nos primeiros 6 meses menores de 18 anos, gestantes e pessoas com reação anafilática
109 para os componentes da vacina, pois estes não foram testados. Com menos de 60 anos só entra na
110 prioridade para serem vacinadas, pessoas com comorbidade declarada, profissionais de saúde e população
111 indígena, professores, profissionais de segurança e salvamento, profissionais de centro prisional e
112 população privada de liberdade. O MS trabalha no seu plano, republicado recentemente, com a



ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA BAIA DA ILHA GRANDE

113 perspectiva de 330 milhões de doses iniciais, sendo 70 milhões pela Pfizer, 100 milhões da AstraZenica
114 no primeiro semestre e 110 milhões no segundo semestre e mais 42 milhões do consórcio covax facility
115 coordenado pela OMS, chegando a um total de aproximadamente 165 milhões de habitantes vacinados. O
116 Ministério Público tem cobrado informações do Estado quanto ao início da vacinação, porém o PNI ainda
117 não tem data prevista para início. A decisão de compra de vacina é de governabilidade de prefeitos e
118 governadores. **2. Solicitação de informações referentes aos recursos regionais da região da BIG**
119 **(AR/SES):** Pauta solicitada pela Assessoria de Regionalização tendo por objetivo solicitar aos municípios
120 executores dos recursos regionais da região da BIG, que forneçam informações detalhadas sobre os saldos
121 das contas desses recursos, bem como informações sobre sua execução. Este item foi apresentado pelo
122 representante do FMS de Angra dos Reis. Primeiro recurso apresentado foi do PlanejaSUS, tendo saldo
123 atual de R\$16.463,30, tem dotação orçamentária porém não houve execução financeira. O recurso do
124 NDVS, que entra junto com o bloco de custeio tem como saldo atual em dezembro o valor de R\$216.000.
125 Neste ano, foi empenhado o valor de R\$24.000, sendo gasto R\$18.000 com locação de imóvel. O recurso
126 da Saúde do Trabalhador tem ficha orçamentária aberta, sendo um recurso de R\$30.000 mensais
127 depositado no recurso da antiga MAC e transferido para uma conta específica. Foi explicado que desde
128 setembro de 2019 o município não tem acesso a esta conta, pois ela foi criada com o CNPJ do município
129 de Angra e não do FMS, portanto a gestão é da Fazenda e não à Saúde precisando de autorização a sua
130 execução. O orçamento previsto foi de R\$107.000, sendo empenhado R\$49.000 e liquidado R\$41.512,80
131 gastos com locação de imóvel. O representante informou que o recurso do CGR tem saldo atual de
132 R\$26.543,66 tem dotação, mas não houve abertura de superávit deste recurso e não foi executado. O
133 recurso referente às portarias da educação permanente em saúde entra uma conta em conjunto com outros
134 recursos, houve abertura de superávit tendo um valor de R\$877.000 e foi aplicado em despesas do
135 COVID. Foi identificado o equívoco ocorrido na gestão anterior e que a gestão deve devolver
136 devidamente o referido recurso em 2021 com juros e correção. Informou que pode apresentar as contas do
137 que foi utilizado este recurso. A representante do COSEMS ressaltou o problema que isto pode gerar aos
138 gestores e prefeito e que o MS tem cobrado a planilha de execução orçamentária dos recursos da educação
139 permanente. A coordenadora da CIR solicitou orientação quanto à solicitação de abertura de ficha
140 orçamentária e superávit dos recursos regionais. O técnico informou que é preciso realizar a solicitação no



ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA BAIA DA ILHA GRANDE

141 início do ano em janeiro, principalmente para os recursos que não foram utilizados. **3. Ampliação de**
142 **profissionais nas equipes e serviço de Atenção Primária (SMS de Angra dos Reis):** Pauta solicitada
143 pelo município de Angra dos Reis para informar da ampliação de profissionais dentistas e Auxiliares de
144 Saúde Bucal em três unidades de Saúde (Bracuhy, Frade 2 e Frade praias), sendo informado pela
145 representante do município já tramitou o documento para a SES. **4. Processo de transição municipal**
146 **2020/2021 (AR/SES):** Pauta solicitada pela Assessoria de Regionalização da SES, a fim de reforçar a
147 importância do processo de transição da gestão municipal e solicitar aos atuais gestores que informem aos
148 novos sobre a CIR e forneçam o contato da secretaria executiva. **5. Proposta de Estruturação da Saúde**
149 **do Trabalhador no Estado do Rio de Janeiro (GT Vigilância):** Pauta solicitada no grupo de trabalho
150 ampliado da vigilância em saúde com a atenção básica a respeito da necessidade da região discutir e
151 aprovar ou realizar sugestão quanto à Proposta da SES para Estruturação da Saúde do Trabalhador, tendo
152 como data limite de resposta dia 12 de fevereiro. Portanto, a secretária executiva da CIR informou aos
153 gestores que em janeiro devem realizar um grupo de trabalho ampliado com diversas redes para
154 apresentar a proposta. **6. Informes Grupos de Trabalho (SE CIR/BIG):** A secretária executiva da
155 CIR/BIG, informou que este mês ocorreu apenas a reunião ampliada da vigilância com a atenção primária
156 tendo como pauta a ampliação de testagem RTPCR na região. Não havendo nada mais a declarar, eu,
157 Isabel Meschesi Pinheiro, Secretária Executiva da Secretaria Executiva da CIR/BIG lavrei e assinei a
158 presente ata.

Isabel Meschesi Pinheiro
Secretária Executiva da CIR/BIG

Mário Sérgio Ribeiro
Representante do Nível Central

Valesca de Moura Costa
Suplente da Secretária Municipal de Saúde de Mangaratiba



**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA
BAIA DA ILHA GRANDE**

Luciana Roussinol
Suplente do Secretário Municipal de Saúde de Angra dos Reis